



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA DE INSERÇÃO SOCIAL AO MERCADO DE TRABALHO

Alyson Thiago Almeida Ramos
Universidade Federal de São Carlos
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Agência de Financiamento: FAPESP
E-mail: thiagutoramos@yahoo.com.br

Resumo

Nos últimos dez anos tem ocorrido uma multiplicação de empreendimentos socioeconômicos associativos como alternativa ao desemprego. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da Economia Solidária, são fomentadas, em sua maioria, como alternativas de geração de renda, oportunidade de trabalho e inclusão social. Esse movimento vem viabilizando atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. O objetivo desse trabalho é investigar a inserção das mulheres nesses empreendimentos analisando em que medida representa uma entrada no mercado de trabalho com geração de renda ou mesmo inserção social a partir do caráter associativo da proposta. Além disso, pretende-se averiguar se a experiência associativa resulta ou não na incorporação dos princípios de cooperação e solidariedade na vida cotidiana e se esse tipo de trabalho tem trago autonomia/independência e reconhecimento social a elas. Estão sendo estudados três empreendimentos econômicos solidários com uma grande atuação feminina em duas cidades da região do Norte de Minas Gerais: Montes Claros e Pirapora. Os dados estão sendo obtidos por meio da observação, entrevistas e aplicação de questionários.

Palavras-chave: Inserção Social. Mulheres. Autonomia. Economia Solidária.

Introdução

Nos últimos dez anos ocorreu um aumento significativo no número de iniciativas socioeconômicas coletivas solidárias que visam promover a cooperação ativa entre trabalhadores e trabalhadoras em atividades de produção, de prestação de serviços, de crédito, de comercialização e de consumo. Essas iniciativas, referenciadas no chamado campo da Economia Solidária, são fomentadas em sua maioria, como alternativas ao desemprego, oportunidade de trabalho e inclusão social no âmbito de processos de desenvolvimento local e regional. O objetivo desse trabalho é investigar a inserção das mulheres na Economia Solidária analisando em que medida representa uma entrada no mercado de trabalho com geração de renda e inclusão. Além disso, pretende-se averiguar se a experiência associativa resulta ou não na incorporação dos princípios de



cooperação e solidariedade na vida cotidiana, como também se esse tipo de trabalho tem trago autonomia/independência e reconhecimento social a estas mulheres.

Nas últimas décadas a sociedade brasileira presenciou um avanço crescente das mulheres na luta pela inserção no mercado de trabalho. Avanço este explicado por uma combinação de fatores econômicos, sociais e culturais que de certa forma desfavoreceram boa parte delas. No bojo desse contexto, mediante ao regime de acumulação flexível, surge o complexo da reestruturação produtiva que atingiu o mundo do trabalho organizado. O mercado de trabalho passou por uma consistente reestruturação devido à forte volatilidade dos mercados, da competição, como também da redução dos lucros. Esse processo aumentou o número de desempregados, das demissões e subempregados, impondo de acordo com as circunstâncias contratos de trabalho mais flexíveis seja temporários, parciais ou mesmo subcontratos.

O peso da instabilidade, da insegurança desse período abateu-se sobre as populações menos qualificadas reforçando a perpetuação no processo de seleção e exclusão de trabalhadores no mercado de trabalho. Um dos caminhos solicitados para superar o desemprego, a vulnerabilidade ou mesmo a exclusão de uma parcela de trabalhadores, nesse caso, uma parcela de mulheres foi à consolidação da Economia Solidária. Nessa conjuntura, vários grupos de mulheres têm se organizado, cada vez mais, em todo o Brasil na busca de trabalho com geração renda, de melhorias de vida apoiando-se em empreendimentos econômicos autodenominados solidários. Guérin (2005) afirma que a inserção das mulheres na Economia Solidária pode representar possibilidades para a conquista da igualdade de gênero. Tais experiências consistem em espaços intermediários entre público e privado e contribuem para o rompimento de algumas dificuldades impostas às mulheres. As iniciativas possibilitam o desempenho da justiça de proximidade, essencial para o enfrentamento do caráter multidimensional da pobreza.

Uma breve reflexão conceitual sobre as relações sociais de gênero

Os estudos que privilegiam as mulheres e as relações sociais de gênero são recentes e fortemente influenciados pelos movimentos sociais feministas com destaque



para as produções a partir de 1970. A categoria gênero vai ser desenvolvida pelas teóricas desse movimento que de certa forma buscaram compreender e responder, dentro de parâmetros científicos, a situação da desigualdade entre os sexos e como esta situação opera na realidade e interfere no conjunto das relações sociais. Essas teóricas, no decorrer de suas trajetórias, travaram uma disputa demarcadamente ideológica por novas perspectivas e olhares no que tange a produção do conhecimento, questionando referenciais homogeneizantes, o androcentrismo, a exclusão das mulheres na história e sua condição de subordinação aos homens na sociedade (LOURO, 2008; SCOTT, 1990; NOGUEIRA, 2001; MATOS, 2009).

As preocupações teóricas relativas ao gênero sempre estiveram ausentes na maior parte das teorias sociais do século XVIII e começo do XX, nesse contexto ocorreram algumas discussões a partir das analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheciam a questão feminina, outras se preocuparam com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero como um sistema de relações sociais ou entre os sexos não tinha ainda emergido (SCOTT, 1990). O estudo da condição feminina, do papel da mulher na história e na sociedade passa, a partir disso, a ser substituído pelo estudo das relações de gênero através dos discursos do movimento feminista sem, entretanto, perder o caráter de denúncia da parte oprimida.

Os estudos sobre mulher e, mais recentemente, os estudos sobre relações de gênero, sempre tiveram por finalidade conhecer a situação de indivíduos socialmente discriminados visando propor a superação desta condição. Uma perspectiva transformadora e uma dimensão política sempre tiveram no cerne dos estudos sobre a condição feminina (BRUSCHINI, 1992). O gênero sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado (SOIHET, 1997). De acordo com Lauretis (1994) e Confortin (2003), as relações de gênero são construções sociais e históricas formadoras de um sistema simbólico que valoriza e cria hierarquias relacionando sexo e os conteúdos culturais de acordo com o período histórico.

Assim, homens e mulheres estariam em um sistema de hierarquias no âmbito doméstico e no mundo do trabalho. Scott (1990) utiliza o gênero como uma categoria



analítica, ou seja, um instrumento metodológico de entendimento das relações entre homens e mulheres, da construção, reprodução e mudança das identidades de gênero. A autora define essa categoria a partir de duas premissas: 1) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1990, p. 12). A autora privilegia as relações de gênero e as relações de poder que são derivadas das relações sociais, na medida em que o gênero constrói o poder, a partir de uma distribuição diferencial, acarretando um acesso diferenciado de homens e mulheres aos recursos materiais e simbólicos.

Portanto, a categoria gênero postula que as relações entre os sexos são aspectos primários da organização social, que a construção da identidade masculina e feminina é determinada culturalmente e que as diferenças entre os sexos constituem e são constituídas pelas relações sociais, uma vez que, transversalmente, colocam em mútua relação, em todos os âmbitos sociais, a diferença entre os sexos (Idem, 1990). Pela literatura tradicional do feminismo, o gênero seria o conhecimento sobre a diferença sexual, ou seja, uma leitura social que estabelece significações as diferenças corpóreas percebidas historicamente num tempo, espaço e cultura determinados, tratam-se portanto de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na produção e reprodução (MATOS, 2009; SANTOS, 2009).

Dando continuidade a essa discussão, pode-se afirmar que as sociedades, ao longo da história, produziram/produzem e mantêm as diferenças de gênero, através de processos sociais. Por conseguinte, a diferenciação de gênero reproduz o sistema de relações sociais incorporado na maneira como as instituições, especificamente o mercado de trabalho, são organizadas, diferenciando os sexos. Neste contexto, a construção do gênero no mercado de trabalho é produto das formas pelas quais são designadas as funções baseadas no sexo, ou seja, determinadas funções reconhecidas como mais apropriadas para as mulheres e outras para os homens. Assim sendo, normalmente o trabalho executado por homens é mais valorizado do que o executado



pelas mulheres. Há construções de relações de gênero no emprego, por parte de patrões e empregados como também em várias esferas do mundo do trabalho.

As desigualdades de gênero no espaço do mercado de trabalho brasileiro no final do século XX

Nas últimas décadas do século XX, as análises em torno da divisão sexual do trabalho (Neves, 2000) têm incorporado a dimensão do gênero. Esta incorporação apresenta um efeito desmistificador da divisão do trabalho, como uma questão meramente econômica, dividida entre os sexos - masculino e feminino - assumindo que é, além de tudo, uma dimensão simbólica e cultural que só poderá ser satisfatoriamente explicada a partir do uso da categoria gênero. A “Sociologia do Trabalho” quando se propôs inserir a dimensão das relações sociais de gênero, em suas pesquisas, tem abordado essa questão de maneira geral dentro da chamada “divisão sexual do trabalho”. Nos anos 1990 conforme Araújo (2005), a intensificação das mudanças econômicas sociais e políticas decorrentes do movimento de reestruturação do capitalismo em escala mundial, a intensificação das transformações tecnológicas e nas formas de gestão da produção e do trabalho deram novo impulso sobre os estudos das relações de gênero no trabalho. Essa foi uma década caracterizada pela intensa abertura econômica e pela terceirização da economia. Nessa perspectiva continuou a tendência crescente da incorporação da mulher no mercado de trabalho.

Hoffmann & Leone (2004) acrescentam que o aumento de postos de trabalho para as mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da População Economicamente Ativa/PEA feminina. Para Hirata (2009) a participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado tanto formalmente quanto nas atividades informais, com especial incremento dos empregos no setor de serviços. Entretanto, este tem sido um dos paradoxos da globalização, pois tal aumento foi acompanhado da precarização e da vulnerabilidade crescente dos novos empregos. Trata-se de ocupações mal remunerada, desvalorizadas socialmente e com possibilidades quase nulas de promoção e de carreira, além de serem amparadas por direitos sociais limitados ou inexistentes. Por exercer, na maioria das vezes, funções



definidas como menos qualificadas, as mulheres percebem um rendimento menor, sendo sempre mantidas, hierarquicamente, em posição inferior à dos homens e, geralmente, em condições precárias de trabalho.

O que se verifica é que, embora as mulheres tenham ocupado determinados espaços importantes, em termos de rendimentos e escolaridade, isso não traduz em alteração. Em pesquisas realizadas por Bruschini & Lombardi (2003) foi destacado que em 1998, mais de 36% da força de trabalho feminino ou 10 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários do mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar. Ainda nessa década, as mulheres, apesar da diminuição no espaço da desigualdade entre os ganhos, continuaram a ganhar menos que os homens independentemente do setor da atividade econômica em que trabalhasse tanto na duração da sua jornada de trabalho, do número de anos de estudo quanto a sua posição na ocupação.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho conforme, com algumas exceções, não se deu com paridade salarial em relação aos homens. O que se verifica é a presença maciça de mulheres em trabalhos atípicos (trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho em domicílio e trabalho informal), que contribui para a continuidade das relações assimétricas entre os gêneros no mercado de trabalho, tanto em relação à remuneração, quanto à marginalização das mulheres (CAPPELLIN, 2004). Trabalhadoras com baixa qualificação e pobres possuem poucas expectativas quanto a empregos bem remunerados ou com direitos sociais garantidos, além de serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, o que representa grande sobrecarga. Por consequência, elas são mais expostas aos aspectos relacionados à pobreza e à exclusão que resultam em processos de quebra de vínculos sociais fundamentais para a vida em sociedade. Tal conjunto de questões é preponderante na dinâmica de desigualdades entre homens e mulheres.

Nessa circunstância, contra o desemprego e exclusão social, tem crescido a participação de mulheres em iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo e em princípios de autogestão e cooperação, que se unem criando uma forma de produção e distribuição, que segundo Singer (2002) poderia se



constituir em alternativa ao próprio capitalismo e constituiriam em organizações coletivas em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores. Seria uma nova configuração do trabalho, a partir do trabalho associado, em um contexto em que persiste a dificuldade de acesso ao emprego, a precarização e desigualdade. Esse trabalho associado, autogestionário vem sendo chamado de Economia Social, Economia Social Solidária ou mesmo Economia Solidária (LIMA, 2007).

Guérin (2005) observa as organizações solidárias como espaços em que os indivíduos dialogam, decidem, elaboram e colocam em prática projetos adequados a seus contextos e que essas experiências, mesmo que não sejam capazes de resolver todas as dificuldades das mulheres, têm superado algumas delas. Para a autora, a participação de mulheres nesse movimento pode proporcionar o respeito por si mesmas e a conquista de autonomia pessoal a partir da definição de um projeto de vida, além disso reforça dizendo que aprendizado e o reaprendizado em grupo, por meio das relações de cooperação e solidariedade, possibilitam para muitas mulheres a consciência e acesso a direitos até então inalcançáveis.

A origem e o desenvolvimento da Economia Solidária

A Economia Solidária tem como antecedente principal o cooperativismo surgido das lutas de resistência durante a Revolução Industrial ao longo do século XIX e XX. O cooperativismo nasce no contexto do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A cooperativa de consumo de Rochdale, na Inglaterra, fundada em 1844, é considerada a precursora, ou pelo menos é a primeira que conseguiu expressão. Seus princípios teriam influenciado todo o movimento cooperativista posterior (LIMA, 2004).

Nessa circunstância, Santos & Rodríguez (2002) enumeram sete princípios que orientam o funcionamento das cooperativas em todo o mundo e que se originaram em Rochdale: vínculo aberto e voluntário (abertura a novos membros); controle democrático por parte dos membros (o princípio do “um membro, um voto”);



participação econômica dos membros; autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; compromisso com a educação dos membros (para tornar sua participação mais efetiva); cooperação entre cooperativas (através de organizações locais, nacionais e mundiais); contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa.

Na passagem para o século XX, a cooperativa que antes se caracterizava como de consumo, passa a se organizar como cooperativa de trabalho e de produção industrial. As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas décadas de 1980/90 fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho. O aumento da informalidade e a precarização das relações formais afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego, levando trabalhadores a se sujeitar a ocupações em que seus direitos sociais são abdicados para garantir sua sobrevivência. Antes da década de 1980 existiam basicamente no Brasil apenas experiências de cooperativas de crédito, habitacionais e agrícolas. As cooperativas de trabalho só começaram a ter expressão a partir da metade da mesma década, com as crises do fim do período militar, com a adoção de medidas neoliberais no país e pelas mudanças resultantes do processo de reestruturação produtiva nas empresas.

Partindo disso começam a surgir iniciativas, por parte dos trabalhadores, de assumir o controle das empresas atingidas pela crise e a legislação passou a facilitar a aquisição de instalações e instrumentos de trabalho dos antigos patrões. Trata-se das cooperativas formadas a partir de empresas recuperadas (PEREIRA, 2007). A partir de 1994 e 1995 surgiram também instituições interessadas em auxiliar/assessorar iniciativas autogestionárias de geração de renda, nesse caso tem-se como destaque a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (ACCMV) como também o surgimento das incubadoras universitárias de cooperativas populares/ITCPs. Essas experiências e iniciativas, ocasionadas em vários anos nesse contexto, vão cada vez mais chamando a atenção do debate acadêmico, fomentando a discussão sobre o surgimento da Economia Solidária no Brasil.

A Economia Solidária seria uma forma de organização econômica, que incorporaria os valores da democracia dentro do contexto econômico, prezando pelo trabalho coletivo, pela igualdade entre os membros, pela divisão do poder de decisão,



pelos iguais direitos diante de decisões, pela fidelidade na representatividade do grupo, sendo a igualdade e a democracia elementos centrais deste novo movimento econômico. Nesse processo, reúne-se um conjunto de iniciativas econômicas privadas direcionadas para o interesse coletivo e baseadas na solidariedade e na cooperação, sendo realizada a elaboração conjunta da oferta e demanda a partir dos espaços públicos de proximidade, os quais favorecem uma rearticulação econômica, social e política (GUÉRIN, 2005).

Mulheres excluídas do mercado de trabalho terão participação destacada nesses espaços. Ampliando o olhar sobre o trabalho associado e considerando as relações sociais de gênero, percebe-se não apenas a grande participação das mulheres nesses espaços, mas também a expressiva presença delas como gestoras. Culti (2004) considera que essas experiências coletivas, em funções de liderança possibilitam reconhecimento e visibilidade e a expressividade das mulheres líderes neste campo, assim como sua representatividade em setores tidos como masculinos (des)construiria a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda. Essas atividades abrem a elas um campo para que se tornem proprietárias dos meios de produção com as mesmas chances que homens mediante a propriedade coletiva.

Mulheres na Economia Solidária no Norte de Minas Gerais

Houve um crescimento notável dos empreendimentos solidários nas últimas décadas no Brasil, sendo este justificado pelo aumento do desemprego que assolou o país nas últimas décadas do século XX. Em relação às mulheres, este também impactou, pois nota-se uma inserção destas nesses empreendimentos. Minas Gerais tem se destacado na Economia Solidária pela multiplicação de empreendimentos situados nas várias regiões do estado (Noroeste, Vale Jequitinhonha, Central/Belo-Horizonte, Vale do Mucuri, Triângulo/Alto Paranaíba, Vale do Rio Doce, Belo-Horizonte, Oeste, Sul/Sudoeste, Zona da Mata). De modo geral, a grande maioria dos participantes desse movimento nessas regiões do estado são homens.

Em contrapartida, ou seja, ao contrário dessas regiões, o Norte de Minas Gerais apresenta um grande número de empreendimentos com destaque à participação de mulheres. Trabalhadoras dessa região vêm resgatando alternativas que viabilizem o



combate ao desemprego e têm buscado estar inseridas em trabalhos associativos solidários. Ao estudar empreendimentos econômicos solidários, Souza (2003) constatou que a Economia Solidária, na maioria das vezes, são grupos informais com pouco rendimento econômico, pois o número de pessoas envolvidas não permite que esta seja formalizada como cooperativas. Esses grupos são constituídos por associações comunitárias nas periferias das grandes cidades e recebem apoio de setores da igreja e de outras instituições.

No caso dos empreendimentos do Norte de Minas, esses em sua maioria são constituídos por grupos informais. No geral, muitos desses empreendimentos são assessorados pela ITCP da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES e pelas prefeituras municipais locais juntamente com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais/SEDESE, que possui uma diretriz em decreto de Lei Estadual na promoção da Economia Solidária e no desenvolvimento de grupos organizados autogestionários em atividades econômicas. A grande maioria das pessoas que se reúnem nessas iniciativas dessa região são mulheres, que de certa forma desenvolvem o trabalho em diversos ramos de atividades como: alimentação, oficina de costura, artesanatos, padarias, lanchonetes, reciclagem, entre outros, situação comum em outras regiões do país.

Partindo disso, no universo dos grupos que se destacam na região norte mineira, os empreendimentos escolhidos para tal estudo são: **Cozinha Bem Servir:** empreendimento situado ao bairro Santos Reis na cidade de Montes Claros, constituído há 02 anos, tem 08 mulheres e 01 homem. A fonte de renda do grupo é oriunda da cozinha (venda de comida-marmiteira). **Padaria Semear:** empreendimento situado ao bairro Eldorado na cidade de Montes Claros, apresenta 05 integrantes sendo todas mulheres. O grupo está constituído a mais de 02 anos e sua atividade está na produção e comercialização de quitandas. O trabalho desse grupo se concentra na venda de sucos, pão de queijo, rosca caseira, bolos e biscoitos em geral e a **Cooprarte:** (Cooperativa de Produção Artesanal Ltda) localizada no bairro Cidade Jardim na cidade de Pirapora. A cooperativa é formalizada, o tempo de funcionalidade está a mais de 10 anos e apresenta 35 sócios atuantes, sendo 25 mulheres e 10 homens. O trabalho vai desde a produção de vassouras de garrafa pet, artesanatos como coleta, triagem, prensagem e



comercialização de materiais recicláveis: plásticos, sacolas, papeis, latas, garrafas pet, etc.

Resultados Parciais

Ao fazer uso da observação, da aplicação de questionários e de entrevistas nos três empreendimentos mencionados, o campo tem mostrado que apesar do desemprego ser um fenômeno que atinge a todas as faixas de idade economicamente ativa, mulheres com média de 42 anos de idade predominam nesses empreendimentos. O total de mulheres geral nesses três grupos varia entre 30 a 35 integrantes, a maioria delas possui baixa escolaridade e algumas não tiveram nenhuma qualificação profissional no mercado de trabalho. Nesses grupos destaca-se uma diversidade de mulheres, cada uma possui perfis e trajetórias diferenciadas, nesse caso encontram-se evangélicas, católicas, solteiras, viúvas, casadas, senhoras (a maioria) e boa parte são negras e pardas, além disso, muitas já foram trabalhadoras domésticas, algumas trabalhadoras rurais, outras eram ambulantes, faxineiras, cozinheiras, algumas (nesse caso uma minoria) já tiveram trabalho com carteira assinada em firmas de reflorestamento e em demais outras atividades formais e uma parcela trabalhava no lixão.

Uma parte dessas trabalhadoras vive com um companheiro e muitas possuem filhos menores, além de trabalharem nesses empreendimentos, também são as responsáveis pelos os cuidados com os filhos e com os cuidados domésticos o que tem representado uma grande sobrecarga a elas. O tempo de existência desses grupos está acima de 2 anos. A forma de organização em geral concentra-se na organização/administração coletiva entre os participantes, os grupos estão em ascensão e têm buscado caminhar em prol da estabilidade e independência, apesar dos atritos e dificuldades relacionadas às relações internas, financeiras e gerencial. A situação dos grupos encontra-se ainda num quadro de muita pobreza e precariedade, o trabalho é muito intenso e cansativo e muitas vezes exigem até mais de 8 horas diárias, além de não predominar direitos trabalhistas assegurados como férias, décimo terceiro, carteira assinada, plano de saúde entre outros. Por outro lado, essa atividade tem possibilitado



para muitas dessas mulheres acesso ao mercado de trabalho ou mesmo (inserção social) conforme as condições que a Economia Solidária oferece.

Nessa atividade, apesar de algumas mulheres já possuírem experiências de trabalho formal antes, com carteira assinada e em condições mais estáveis, por outro lado, algumas dessas mulheres eram empregadas domésticas informais, diaristas, donas de casas, desempregadas e uma parcela dessas componentes, antes de migrarem para essa atividade, trabalhava em condições desumanas e degradantes no lixão de uma dessas cidades, além de correrem risco de serem contaminadas por doenças ou mesmo acidentadas por materiais cortantes depositados nesse aterro. Agora, não que esse trabalho seja o mais apropriado, o mais benéfico e o mais seguro, mas boa parte delas está tendo a oportunidade de possuir um trabalho que de certa forma, apesar de restrita, tem gerado possibilidade de renda.

A maioria delas tem conseguido melhorar suas condições de vida tendo acesso a bens materiais (eletrodomésticos/construção e melhorias de suas residências) e mesmo autonomia e independência financeira, mas ainda encontram-se mulheres concretamente vulneráveis, pobres, que vivem sozinhas dependentes da renda dessa atividade como questão de sobrevivência. Esse trabalho associado também tem oferecido até o dado momento, melhoria da auto-estima, nesse caso, muitas estão conhecendo e interagindo muito mais do que antes com uma grande diversidade de pessoas, tanto com as próprias colegas do trabalho como as pessoas da comunidade, a oportunidade de obter um trabalho estável com renda fixa no final do mês também tem influenciado para essa melhoria e outro fator que tem surgido, é que algumas apresentam problemas de saúde como depressão, hipertensão, AVC e através da inserção delas nesse trabalho, a convivência diária e as assessorias recebidas da ITCP têm proporcionado melhorias.

No que diz respeito ao aprendizado sobre os princípios de união, participação, solidariedade e cooperação característicos da Economia Solidária, esse tem sido bem satisfatório nesses espaços, elas têm reconhecido e incorporado em suas relações diárias de trabalho esse conhecimento tornando-se mais prestativas, solidárias, mais amigas e unidas uma com a outra e também têm conseguido levar esses ensinamentos para o espaço doméstico compartilhando com seus familiares e amigos. Já em relação ao reconhecimento, pelo fato de serem grupos pequenos, mas atuantes e estáveis, elas têm



conseguido com esse trabalho, apesar das dificuldades, gerar uma boa visibilidade diante da comunidade. Nesses três grupos que estão sendo pesquisados, os moradores do bairro e de outras adjacências reconhecem a existência desses empreendimentos, sabem o que o grupo vende e quem são as participantes, há um vínculo já estabelecido entre os moradores desses bairros com os grupos e essas mulheres têm se tornado mais visíveis, reconhecidas e até mesmo mais valorizadas pelos seus familiares e amigos.

Considerações Finais

No contexto da reestruturação produtiva, a deterioração das condições de trabalho tem atingindo um conjunto de trabalhadores. Entretanto ela incide de forma mais aguda sobre as mulheres. A Economia Solidária surge como alternativa econômica de inclusão social ou mesmo oportunidade de trabalho para muitas mulheres. Nessa atividade, trabalhadoras, sobretudo as mais pobres, têm tido a oportunidade de redesenharem-se como agentes, de mostrarem um potencial propositivo na economia e de posicionarem-se contra uma série de estigmas sobre o perfil da mulher pobre que trabalha. Os dados que estão sendo obtidos indicam que, em meio a essa nova configuração do trabalho, apesar do nosso país apresentar empreendimentos caracterizados pela pobreza, instabilidade, precariedade e informalidade, ainda sim a Economia Solidária pode trazer certos benefícios a muitas mulheres a se incluírem socialmente no mercado de trabalho. No caso dos grupos mencionados, houve uma melhoria no aspecto subjetivo, na auto-estima, como também o predomínio da autonomia, do reconhecimento e da própria geração de renda onde boa parte dessas mulheres tem sido beneficiada por essa atividade.

Referências

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. Gênero nos estudos do trabalho. In: **Gênero nas fronteiras do sul**, p. 85-96, 2005.

BRUSCHINI, C. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. **Uma questão**



de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 289-309.

CAPPELLIN, Paola. Gênero, Trabalho e Cidadania em Tempo de Crise do Emprego. In: **II Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil.** Brasília, 2004.

CONFORTIN, H. “Discurso e Gênero: a mulher em foco.” In GHILARDI-LUCENA, M.I. (Org.). **Representações do Feminino.** Campinas, Editora Átomo, 2003. p. 107-123.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária: desafios sociais e políticos.** Texto aceito para apresentação no IV Congresso Europeo CEISAL de Latinoamericanistas, 2004.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a Economia Solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual de trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARAES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena. **Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão.** São Paulo, Ed: USP, 2009.

HOFFMANN, Rodolfo, LEONE, Eugênia Troncoso. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002.** Nova Economia - BH, p 35-58, Maio/Agosto, 2004.

LAURETIS, T. “A tecnologia do gênero”. In HOLLANDA, H. B. **Tendências e Impasses. O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p. 207-242.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho em Cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, Graça, FRANCO, Tânia. **A PERDA DA RAZÃO SOCIAL DO TRABALHO – terceirização e precarização.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **“O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado”.** Rev. Brasileira de Ciências Sociais, Oct. 2004, vol.19, no.56, p.45-62.

LOMBARDI, Maria Rosa, BRUSCHINI, Cristina. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.** São Paulo: Ed Senac São Paulo, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.



MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana, MELO, Hildete Pereira de Melo, MALUF, Sônia Weidner, PUGA, Vera Lucia. **Olhares Feministas**. Brasília/DF. Ed: MEC/UNESCO, 2009.

MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Um Estudo Histórico das Relações de Gênero e Classe**. Revista Multidisciplinar da Uniesp/ SABER ACADÊMICO – nº 07 – Jun. 2009/pg 57 à 73.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Rosa Maria B. da. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000. p.171-186.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira. **Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero/feminismo e perspectiva críticas na psicologia social**. Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para Ciência e a Tecnologia, 2001.

PEREIRA, M. C. C. **Experiências Autogestionárias no Brasil e na Argentina**. 165 f. Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2007.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio do Janeiro: Record, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade. Rio Grande do Sul, v. 16. Nº 2, jul/dez, 1990.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. IN: Neuma Aguiar. **Gênero e Ciências Humanas: desafios as ciências desde as perspectivas das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosas do Tempo, 1997.

SOUZA, André Ricardo. Economia Solidária: um movimento nascente da crise do trabalho. In: **Uma outra economia é possível**. São Paulo: Contexto, 2003.